

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE MANAUS – AM

Autora: Neiva Guimarães Miranda¹; Co-autor: Dalmir Pacheco de Souza¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ Campus Manaus Centro

neiva.gmiranda@gmail.com¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ Campus Manaus Centro

dalmirpacheco@live.com¹

Resumo: O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo descritivo, realizado em uma escola pública municipal situada no município de Manaus no Estado do Amazonas. Tendo como objetivo principal identificar a utilização de algum processo de inclusão referente aos alunos com deficiência, propondo-se especificamente conhecer diretamente as práticas pedagógicas envolvidas em educação especial realizada neste ambiente escolar, tão certo como verificar se a escola desempenha eficazmente as práticas de inclusão conforme preconiza a legislação. Nesta pesquisa, foram utilizados como instrumento de coleta de dados: a observação sistêmica por meio de anotações diárias das observações realizadas, assim como relatos de professores foram inseridos na pesquisa concernente à temática. Visto que o ensino regular na maior parte do país é composto pela escola pública, a necessidade de averiguar a veracidade do cumprimento legal referente à legislação fez-se necessária. O resultado apontado pela pesquisa relata a ineficácia do processo de inclusão escolar na rotina nas salas de aula, tão certo quanto à deficiência de materiais didáticos específicos, estrutura e atendimento especializado. Cabendo, portanto, tal tarefa ficar a cargo da Secretaria Municipal de Educação do Município ações efetivas e inclusivas pertinente aos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão, práticas pedagógicas, educação especial, legislação.

INTRODUÇÃO

A diversidade faz parte da construção de uma cultura, de modo a representar o como agir, pensar organizar e planejar o processo educacional para melhoria da sociedade. A consequência disso é o respeito e o reconhecimento da inserção de um sistema educacional inclusivo.

Mas antes mesmo de inúmeras leis e resoluções, a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 206, já preconizava que o ensino tem como princípio a igualdade da condição para o acesso e permanência na escola, visto que é dever do Estado o atendimento especializado aos portadores de

deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Partindo dessa conjectura, a educação inclusiva intenciona a garantia da inserção de todos os alunos no ensino regular, sendo deste modo, os alunos que possuem necessidades especiais e alunos com deficiência devem ser agregados aos demais alunos, sendo como dever da escola propiciar ambiente adequado as suas necessidades afim de que possam desenvolver aprendizagem, interação, socialização à sua vida acadêmica futura, desta forma, admitindo o direito da inclusão é o advento fundamental concernente aos direitos dos cidadãos frente às diferentes necessidades humanas (BRASIL, 2006).

Posto isto, o Atendimento Educacional Especializado é identificado como um serviço da educação especial que visa elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam excluir obstáculos para a plena participação dos alunos em sala de aula sem deixar de considerar suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

No entanto, contextualizar esse estudo em uma escola pública vislumbra a necessidade de evidenciar a que passos andam este processo, visto que no Brasil a maior parte das escolas regulares de ensino é composta por escolas públicas e a inclusão escolar deve ser uma realidade aplicada em todas as escolas, de modo que todos possam, indiscutivelmente, usufruir dos que os ampara a legislação.

De antemão, vale ressaltar que o próprio município de Manaus possui resolução própria específica ao tema que consiste a Resolução N° 011 de 2016 do Conselho Municipal de Educação do Município de Manaus em seu Art. 15, inciso II, implica que cada turma deverá receber no máximo (02) dois estudantes com necessidades especiais e retrata também em seu inciso III que cada turma que consiste de alunos com necessidades especiais deverá contar a atuação de um profissional de apoio escolar. A mesma resolução em seu Art. 19 define que o atendimento educacional especializado tem como função a identificação, a elaboração e a organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que venham contribuir para a eliminação das barreiras de aprendizagem (RESOLUÇÃO N. 011/CME, 2016).

Diante do exposto, este trabalho objetiva identificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência em uma escola pública municipal de Manaus, da mesma maneira de busca conhecer as práticas pedagógicas envolvidas em educação especial realizada neste ambiente de estudo, tão certo como verificar se a escola desempenha as práticas de inclusão conforme preconiza a legislação e de tal modo apresentar na

presente pesquisa, os trabalhos desenvolvidos nesse ambiente escolar que direcionem para a inclusão e suas aplicabilidades institucionais.

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2006), a pesquisa bibliográfica é organizada com base em material já publicado em que tem por fim analisar os diversos arranjos em relação a um estabelecido assunto, que por meio destes o embasamento teórico torna-se mais evidente e verídico diante da pesquisa no que concerne estabelecer um novo estudo de pesquisa.

Segundo orientações de Severino (2000), o trabalho adiantado pelo pesquisador exige de certo modo uma reflexão particular de seu próprio conceito, onde a autonomia, a criatividade, o rigor técnico e de cunho científico, possuem significância de esforço e competência em relacionar-se com outras pesquisas, tendo a convicção de que ciência vincula-se entre o lógico e o real.

Ainda nesse contexto, além da problemática, detemos como ação norteadora do processo de pesquisa os conceitos, os quais podem ser definidos como desempenho resumido da diversidade de fatos, o que objetiva na simplificação do pensamento em relação à teoria já formulada sobre o assunto escolhido (SELLTIZ, 1974).

A despeito de todo esse levantamento qualitativo descritivo, todas as informações foram obtidas por meio da observação *in loco* com anotações diárias em todos os dias da pesquisa, tão certo quanto o enriquecimento dos relatos dos professores das turmas observadas e a exploração dos fatos já existentes que contribuíram para o referido trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal da cidade de Manaus situada no bairro do São José Operário, zona Leste que comporta as séries do 6º ao 9º ano no turno vespertino. O primeiro dia de pesquisa envolveu alunos do 6º, 7º e 9º ano.

Na turma de 6º ano, turma "G", constatou-se totalização de (40) quarenta alunos onde dois deles apresentam necessidades especiais de aprendizado e acompanhamento. Os alunos referidos são um do sexo feminino e outro do sexo masculino. A menina apresenta retardo mental grave e o menino autismo, ambos os alunos consistiam de laudo médico junto da secretaria da escola.

Evidenciou-se na sala de aula que não há nenhum profissional especializado que viabilize a

contribuição do aprendizado e ajude o professor. Havia somente uma apostila lúdica inferior à série em questão, construída pela pedagoga da escola em que por meio desta os alunos mantêm suas atividades educacionais. Nessa turma o professor relatou em sua experiência que não foi preparado para desenvolver o trabalho inclusivo e que a melhor alternativa nesse caso é a inserção dos mesmos em uma escola especializada, pois o mesmo não apresenta preparo adequado e tempo para contribuir com o aprendizado a esses alunos.

Outra série observada foi o 7º ano, turma “E”, que totalizava trinta e seis (36) alunos, dentre eles um aluno diagnosticado com esquizofrenia moderada, o referido aluno tem um comportamento extremamente isolado e é bastante sensível em relação às perdas e frustrações. Nessa sala de aula também não há nenhum suporte pedagógico relacionado à inclusão, nem tão pouco o envolvimento do professor com encorajamento no ensino deste aluno.

Foi observada outra turma, o 9º ano, turma “F”, que consistia num total de trinta e nove (39) alunos dentre eles um aluno apresenta o quadro de hiperatividade. O dito aluno tem comportamento bastante intenso e inquieto, deste modo interferindo na concentração e a aprendizagem dos outros alunos, o que dificulta as atividades docentes visto que o professor trabalha sozinho com toda turma. O professor relatou que o maior problema da inclusão dos alunos com deficiência na escola provém da ausência de profissionais habilitados da própria secretaria de educação, que se isenta na contratação de tais profissionais e que a secretaria poderia também realizar capacitações adequadas aos professores para esse público de alunos e que a mesma não o faz, diante dos fatos os alunos “incomuns” (termo usado pelo professor) ficam desassistidos e que tão certo como confere a legislação em relação a inclusão, como falha em seu objetivo de não fiscalizar.

O segundo dia da pesquisa envolveu a observação de alunos de duas séries do 7º ano. Sendo a primeira série investigada o 7º ano, turma “F” que totalizava a quantidade de trinta e seis (36) alunos dentre os quais uma aluna com deficiência física. Esta referida aluna sentava-se em cadeira convencional da sala, mesmo diante de sua estrutura física diferenciada, sempre na cadeira da frente, o único material adaptado era sua mochila que possuía rodas para melhor locomoção, pois devido à estrutura de suas costas deve ser inviável carregá-la.

Outra questão observada nesta sala de aula é que no dia da pesquisa chovia bastante e dentro dessa sala havia infiltrações e goteiras o que poderia causar algum tipo de acidente não somente a determinada aluna em questão como os demais outros alunos. Nesta sala de aula, não há nenhuma ajuda especializada conforme

preconiza a resolução municipal nº 011 de educação especial.

Após esse observatório, outra série pesquisada foi o 7º ano, turma “G”, que atingia o total de trinta e três (33) alunos, dentre os quais uma aluna com diagnóstico de esquizofrenia grave. Esta aluna aparentemente apresentava comportamento sociável com os demais colegas de classe, ela tem acompanhamento médico e toma remédios controlados. Com relação a recursos pedagógicos, o único método para ela disponibilizado é uma apostila pedagógica de nível bem inferior à série cursada. Nessa turma a professora relatou que há dias em que essa aluna está muito agitada, ao ponto de ter surtos graves, relatou também que os alunos da sala de aula da referida aluna não sabem que a mesma tem esse problema mental. Assim como em outras turmas, esta também não possui nenhum monitor ou ajuda especializada para alunos com necessidades peculiares.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A pesquisa envolveu cinco (05) turmas, num um total de cento e oitenta e quatro (184) alunos, sendo que desse total seis (06) alunos ambos do sexo feminino e masculino possuem características e necessidades diferenciadas dos demais. Onde obtivemos um (01) um caso de autismo, um (01) caso de retardo mental grave, um (01) caso de hiperatividade, dois (02) de esquizofrenia e um (01) caso de deficiência física (tabela 1).

Tabela 1: Distribuição de discentes com deficiência por turma

Série / turma	Total de Alunos	QTD total de alunos Com deficiência	Tipo de Deficiência	Sexo	Prática pedagógica Inclusiva ou acompanhamento especializado
6º “G”	40	02	Retardo mental grave	FEM	Para ambos os alunos uma apostila pedagógica, não há nenhum acompanhamento especializado.
			Autismo	MAS	
7º “E”	36	01	Esquizofrenia moderada	MAS	Nenhum método pedagógico inclusivo
9 “F”	39	01	Hiperatividade	MAS	Nenhum método pedagógico inclusivo
7º “F”	36	01	Deficiência física	FEM	Nenhum método pedagógico inclusivo
7º “G”	33	01	Esquizofrenia grave	FEM	Uma apostila pedagógica, não há nenhum acompanhamento especializado.

Fonte: O autor, 2018.

Os resultados qualitativos foram agrupados na tabela acima que resume todo o trabalho de pesquisa dos dois dias *in loco*. Por exemplo, vimos que para cada turma analisada o número menor está entre no mínimo um (01) aluno com deficiência e no máximo dois (02) alunos com deficiência, observou-se também que a relação entre o sexo dos alunos está na mesma proporção, ou seja, três (03) meninos e três (03) meninas.

Visto outro resultado da pesquisa qualitativa é que em nenhuma sala observada não há nenhum método específico inclusivo que possibilite os referidos alunos ao desenvolvimento da aprendizagem, somente em duas (02) salas de aula é utilizada uma apostila pedagógica muito inferior em relação à série frequentada. Não havendo também nenhum suporte profissional especializado nas salas que pudesse contribuir para o aprendizado e inclusão do público alvo da pesquisa. Assim como, foi constatado o despreparo dos professores conforme relato dos mesmos.

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a efetividade da legislação referente à inclusão escolar demonstra não existir nas salas de aula da referida escola pública municipal, visto que a própria Secretaria Municipal de Educação que juntamente com o Conselho Municipal de Educação criaram a Resolução nº 011 são isentos do que se refere às recomendações estipuladas à inclusão escolar, educação especial e suporte especializado.

É possível afirmar, nesse sentido, que o empoderamento das famílias seria a primeira condição para que os alunos com deficiência se apropriem da importância de viver em uma sociedade escolar inclusiva.

CONCLUSÕES

Conforme vimos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a inclusão escolar é um direito assegurado pela Constituição Federal e mesmo com a existência de vários e fundamentados documentos oficiais, apresentados por meio de legislações que asseguram os benefícios do processo de inclusão escolar, verifica-se que a exclusão vinculada às necessidades educacionais ainda permanece latente e que o maior entrave da escola atualmente é assegurar este direito assim como envolver todos num processo participativo de mudança de atitude e paradigmas.

Diante disso, quando expressamos o termo inclusão, estamos abarcando pessoas, instituições e realidades que muitas vezes tropeçamos pelo simples fato de não conhecermos ou mesmo não nos interessarmos pela problemática.

Em se tratando de escola, é evidente que existem muitos obstáculos para a construção de uma escola de fato inclusiva. É notório que a escola precisa mudar, pois conforme a pesquisa deste presente trabalho vem que em cada sala de aula há um ou dois alunos que necessitam de uma educação adequada às suas especificidades, devendo, portanto considerar o potencial e o interesse individual de cada aluno, pois se existe diversas maneiras de aprender, existem também diversas maneiras de ensinar, assim como diversas maneiras de incluir.

A premissa para essa mudança vem da participação do Projeto Político Pedagógico da Escola em programar um sistema inclusivo conforme a realidade vivenciada, onde tal sistema venha estreitar a relação da escola com a comunidade.

Nesse âmbito, além de um consistente e eficaz Projeto Político Pedagógico, fica a cargo da Secretaria de Educação o dever de garantir ao professor o suporte pedagógico apropriado, por meio de uma equipe técnica especializada que prepare e acompanhe o ensino nas salas de aula com os alunos com deficiência.

É sabido que a suposição mais provável no processo da ineficácia da inclusão na rede regular de ensino está vinculada com as falhas das políticas públicas que não fiscalizam as entidades competentes, não com a finalidade de punir, mas de reorganizar no receber e acompanhar a diversidade escolar.

Em suma, podemos expressar que cumprimos o estabelecido nos objetivos que foram pesquisados, que eram de identificar, tão certo como conhecer, verificar e apresentar se a área de estudo em questão (escola pública) detinha de práticas pedagógicas inclusivas e se tais práticas eram desempenhadas de acordo com o tema inicial da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Salas de recursos multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado.** Brasília: MEC, 2006.



BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas; 2006. P. 59-86.

MANAUS, Resolução nº 011/CME. **Procedimentos e orientações para a Educação Especial.** 2016.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EDUSP, 1974.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.